IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS | CNPJ-MF 22.669.931/0001-10
Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877
Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 CEP 39400-103 – Montes Claros – MG

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31.12.2021
Relatório Exercício Social de 2021
RELATÓRIO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

Apresentamos os demonstrativos contábeis da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros, mostrando de forma clara e consistente, o resultado apurado no exercício findado em 31 de dezembro de 2021 e o Relatório de Atividades da Entidade.

O ano de 2021 foi para nós bastante especial. Completamos 150 anos de histórias, conquistas e desafios. Podemos afirmar com muita convicção que os pilares fundamentais que criaram esta Instituição Secular, continuam firmes e sustentáveis.

Mesmo diante da maior crise da saúde enfrentada pelo mundo moderno, nós conseguimos fortalecer nossas principais bases de sustentação que são a filantropia, a transparência, o profissionalismo e a ética.

Mantivemos papel de destaque no combate a pandemia fornecendo uma estrutura moderna e adequada onde chegamos a ofertar 20 leitos de CTI e 29 leitos de enfermaria exclusivos para os pacientes que necessitavam de internação.

Apesar da falta de vários insumos na cadeia de suprimentos médicos, conseguimos na maior parte do tempo, manter o hospital abastecido com materiais, medicamentos e equipamentos necessários ao atendimento destes usuários.

Mediante toda a dificuldade que já vínhamos enfrentando desde o ano de 2020, este ano trouxe consigo muitas variáveis externas que impactou consideravelmente nossos resultados.

A alta expressiva dos insumos hospitalares, a inflação pressionando os preços e os contratos, a desvalorização da moeda e a queda do número de atendimentos eletivos de outras especialidades foram fatores de destaque.

Frente a todas as dificuldades enfrentadas, o hospital investiu, adquiriu novos e mais modernos equipamentos, melhorou sua infraestrutura e ampliou sua capacidade de atendimento.

Inauguramos o Memorial Santa Casa que consiste num novo e moderno conceito de serviços funerários. Também apresentamos a população as novas instalações da Santa Casa Olhos que conta atualmente com uma das melhores estruturas do Estado para atender a todos os pacientes, principalmente aqueles oriundos do projeto Glaucoma.

Criamos o serviço de Check-up, onde o paciente em um único dia realiza todos os exames e consultas necessários para sua avaliação médica. O resultado deste serviço tem se mostrado bastante satisfatório e salvo muitas vidas.

Fortalecemos a marca através da construção de parcerias fora de Montes Claros, como por exemplo, a expansão dos serviços de Oncologia em Porteirinha e Taiobeiras.

Além disso, finalizamos as premissas do novo Planejamento Estratégico que irá nortear as ações da Instituição durante todo o triênio 2022 – 2025. Ao final deste período, nossa expectativa é que tenhamos colhido muitos frutos com reflexo direto nos resultados.

Em relação aos nossos resultados assistenciais, realizamos em 2021 um total de 1.776.410 procedimentos (SUS, Convênios e Particulares), sendo que destes, somente para o SUS foram feitos: 16.340 internações, 113.240 consultas, 819.664 exames, 3.773 partos, 65.763 procedimentos/sessões e 8.113 cirurgias.

Acreditamos que 2022 será o início de um novo ciclo. Ainda sofreremos alguns reflexos da pandemia, mas pouco a pouco iremos retomar a normalidade. Neste sentido, nosso foco passa a ser a preocupação direta com os resultados e a produtividade, sem perder sobretudo, a essência e razão de ser desta Instituição que se baseiam na Filantropia e no Espírito Cristão.

José Gilson Veloso Caldeira
Provedor

Montes Claros, 31 de dezembro de 2021.

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS

Montes Claros - MG
BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

ATIVO

	Nota	2021	Reclassificado 2020
ATIVO CIRCULANTE		**69.635.475,01**	**80.603.392,95**
Caixa e Equivalente de Caixa	3	**1.801.128,30**	**5.771.999,42**
Caixa		33.599,28	49.125,99
Depósito Bancários à Vista		1.767.529,02	5.722.873,43
Realizável		**67.834.346,71**	**74.831.393,53**
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4	**17.049.680,47**	**11.708.423,25**
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos Livres		17.049.680,47	11.708.423,25
Créditos a Receber	5	**25.023.513,05**	**34.549.623,43**
Pacientes SUS		12.915.679,46	7.600.104,64
Pacientes Convênios		26.873.705,62	27.538.744,99
Pacientes Particular		1.678.061,32	878.448,58
(-) Perdas Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa		(16.443.933,35)	(1.467.674,78)
Tributários a Serem Compesados ou Ressarcidos		16.636,29	16.636,29
Estoques	6	7.394.794,78	8.144.027,91
Titulos a Receber	7	**332.303,77**	**625.746,97**
Bens e Títulos a Receber		713.873,32	835.473,09
(-) Perdas Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa		(381.569,55)	(209.726,12)
Repasse Recursos Subvenções Governamentais	8	14.002.461,88	16.148.042,25
Adiantamentos a Receber (Empregados/Fornecedores)	9	3.748.336,90	3.451.215,87
Despesas Antecipadas	10	**266.619,57**	**187.677,56**
Despesas Administrativas		183.406,66	183.406,66
Prêmio de Seguro		266.619,57	187.677,56
(-) Perdas Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa		(183.406,66)	(183.406,66)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**266.040.298,16**	**274.608.989,26**
Realizável a Longo Prazo		**1.191.940,95**	**877.638,31**
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	4	**137.820,18**	**84.147,43**
Aplicações Financeiras - Recursos Livres		137.820,18	84.147,43
Títulos e Créditos a Receber	11	142.528,01	109.876,81
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	11	531.096,55	92.645,84
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	380.496,21	590.968,23
Investimentos	13	**418.000,00**	**682.000,00**
Outros Investimentos		418.000,00	682.000,00
Imobilizado	14	**264.256.592,41**	**273.025.066,39**
Imóveis de Uso Próprio		**229.182.136,37**	**225.693.313,00**
Imóveis - Hospitalares		217.011.674,37	213.522.851,00
Imóveis - Não Hospitalares		12.170.462,00	12.170.462,00
Imobilizado de Uso Próprio		**32.205.975,39**	**39.378.570,60**
Imobilizado - Hospitalares		30.705.651,15	37.599.355,59
Imobilizado - Não Hospitalares		1.500.324,24	1.779.215,01
Imobilizações em Curso		2.868.480,65	7.953.182,79
Intagível	15	**173.764,80**	**24.284,56**
Softwares		173.764,80	24.284,56
TOTAL DO ATIVO		**335.675.773,17**	**355.212.382,21**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

PASSIVO

	Nota	2021	Reclassificado 2020
PASSIVO CIRCULANTE		**77.399.785,94**	**99.494.866,47**
Fornecedores	16	35.465.833,78	34.532.894,73
Obrigações Com Pessoal	17	7.861.452,14	8.045.622,15
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	8.115.891,06	25.645.589,88
Ressarcimento ao SUS	19	1.751.284,46	2.121.470,46
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	13.805.091,97	10.554.993,47
Outras Exigibilidades	21	10.400.232,53	18.594.295,78
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**78.570.200,28**	**67.823.599,98**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	30.342.881,94	15.659.285,29
Ressarcimento ao SUS	19	4.252.699,05	3.389.654,40
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	23.230.378,40	25.641.865,74
Provisões para Contingências	22	1.665.962,02	1.729.081,33
Outras Exigibilidades	21	19.078.278,87	21.403.713,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	**179.705.786,95**	**187.893.915,76**
Patrimônio Social		(29.520.825,89)	502.362,84
Ajustes de Avaliação Patrimonial		208.050.119,11	217.374.445,74
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		1.176.493,73	(29.982.892,82)
TOTAL DO PASSIVO		**335.675.773,17**	**355.212.382,21**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁTIV OU DÉFICIT
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Nota	2021	2020
RECEITAS COM OPERAÇOES ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR		**198.927.378,71**	**160.037.104,55**
Pacientes do SUS A.I.H./S.I.A.		80.554.171,46	67.810.095,34
Pacientes Convênios		97.913.268,86	76.886.245,15
Pacientes Particulares		20.459.938,39	15.340.764,06
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		**96.424.574,36**	**89.443.355,74**
Subvenções Governamentais		59.516.538,57	57.573.289,76
Receitas com Isenções das Contribuições Sociais Usufruídas		27.858.432,38	23.738.658,34
Outras Receitas Operacionais		7.023.603,20	6.411.225,98
Receitas com Serviços Funerários		2.026.000,21	1.720.181,66
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	24	**295.351.953,07**	**249.480.460,29**
DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE SERVIÇOS	24	**(3.217.275,78)**	**(37.153.553,50)**
Contas Devolvidas/Reapresentadas SUS		(1.897.581,06)	(388.063,08)
Ganhos/Perdas Com a Contratualização SUS		-	(24.614.090,23)
Descontos e Abatimentos Concedidos		(128.154,87)	(167.238,27)
Glosas Aceitas Convênios		(1.191.539,85)	(10.916.485,29)
Perdas Faturamento Pacientes Particulares		-	(733.782,26)
Perdas Faturamento Funerária		-	(183.966,32)
Perdas Cheques Devolvidos		-	(149.928,05)
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS		**292.134.677,29**	**212.326.906,79**
DESPESAS OPERACIONAIS	25	**(292.512.367,86)**	**(234.979.051,30)**
Despesas Com Pessoal		(66.191.173,25)	(60.763.974,94)
Despesas Com Materiais e Medicamentos		(83.367.053,88)	(66.762.498,58)
Despesas Hospitalares		(63.520.741,53)	(56.388.466,58)
Despesas Administrativas		(11.879.433,35)	(10.780.928,33)
Despesas Com Nefrologia		(4.702.206,49)	(4.142.973,28)
Despesas Com Santa Casa Olhos		(4.268.403,31)	(3.741.409,60)
Despesas Com Funerária		(1.466.599,36)	(1.063.154,32)
Depreciação/Amortização Acumulada		(12.441.015,80)	(7.027.836,00)
Variação da Provisão com Ressarcimento ao SUS		(1.732.325,82)	-
Variação das Provisões Para Perdas Credores Duvidosos		(15.148.102,00)	-
Variação da Provisão Para Contigências Civeis e Trabalhistas		63.119,31	(569.151,33)
Despesas com Isenções das Contrubuições Sociais Gratuidade		(27.858.432,38)	(23.738.658,34)
RESULTADO BRUTO		**(377.690,57)**	**(22.652.144,51)**
Resultado Financeiro Líquido	26	**(8.015.970,52)**	**(9.189.239,94)**
Receitas Financeiras		6.219.079,37	1.351.924,46
Despesas Financeiras		(14.235.049,89)	(10.541.164,40)
Resultado Patrimonial	27	**245.828,19**	**1.858.491,63**
Receitas Patrimoniais		318.299,84	1.858.491,63
Despesas Patrimoniais		(72.471,65)	-
DÉFICIT/SUPERAVIT DO PERÍODO		**(8.147.832,90)**	**(29.982.892,82)**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superavit/Déficit Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**704.899,09**	**-**	**-**	**704.899,09**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Retificação de erros de exercícios anteriores			(202.536,25)	(202.536,25)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		217.374.445,74		217.374.445,74
Déficit do Período			(29.982.892,82)	(29.982.892,82)
Absorção do Déficit				-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**704.899,09**	**217.374.445,74**	**(30.185.429,07)**	**187.893.915,76**
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Retificação de erros de exercícios anteriores			(40.295,91)	(40.295,91)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(9.324.326,63)	9.324.326,63	-
Déficit do Período			(8.147.832,90)	(8.147.832,90)
Absorção do Déficit	(30.185.429,07)		30.185.429,07	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**(29.480.529,98)**	**208.050.119,11**	**1.136.197,82**	**179.705.786,95**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	(8.147.832,90)	(29.982.892,82)
Outros Resultados Abrangentes	**9.284.030,72**	**217.171.909,49**
Ajustes de Exercícios Anteriores	(40.295,91)	(202.536,25)
Ajuste Avaliação Patrimonial	9.324.326,63	217.374.445,74
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**1.136.197,82**	**187.189.016,67**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

		2021	2020
	ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+)	Recebimento de Planos de Saúde	-	88.872,33
(+)	Resgate de Aplicações Financeiras	130.953.195,59	110.594.197,55
(+)	Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	280.891,28	150.466,49
(+)	Outros Recebimentos Operacionais	245.209.257,59	215.496.189,12
(-)	Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(162.608.333,46)	(137.405.692,40)
(-)	Pagamento de Pessoal	(57.867.507,92)	(34.844.788,17)
(-)	Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	-	(13.160,40)
(-)	Pagamento de Aluguel	-	(9.300,21)
(-)	Aplicações Financeiras	(136.294.452,81)	(101.801.489,23)
(-)	Outros Pagamentos Operacionais	(17.828.264,30)	(33.606.798,34)
	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**1.844.785,97**	**18.648.496,74**
	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+)	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar	56.500,00	-
(+)	Recebimento de Venda de Investimentos	77.334,18	-
(+)	Recebimento de Dividendos	-	42.533,13
(-)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(3.563.041,32)	(3.529.897,56)
(-)	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(1.165.761,80)	(1.348.203,47)
	Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	**(4.594.968,94)**	**(4.835.567,90)**
	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+)	Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	42.756.698,07	29.304.879,05
(+)	Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	503.349,02	430.316,01
(-)	Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.223.128,36)	(4.591.557,48)
(-)	Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(36.883.052,37)	(30.482.265,18)
(-)	Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(4.374.554,51)	(4.770.631,63)
	Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(1.220.688,15)**	**(10.109.259,23)**
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**(3.970.871,12)**	**3.703.669,61**
	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	**(3.970.871,12)**	**3.703.669,61**
	CAIXA - Saldo Inicial	**5.771.999,42**	**2.068.329,81**
	CAIXA - Saldo Final	**1.801.128,30**	**5.771.999,42**
	Ativos Livres no Início do Período	**5.771.999,42**	**2.068.329,81**
	Ativos Livres no Final do Período	**1.801.128,30**	**5.771.999,42**
	Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	**(3.970.871,12)**	**3.703.669,61**

"As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis"

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS | CNPJ-MF 22.669.931/0001-10
Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877
Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 CEP 39400-103 – Montes Claros – MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros é uma sociedade filantrópica de direito privado sem fins lucrativos. Criada pela Lei n° 2.396, de 13/out./1877, com sede e foro à Praça Honorato Alves n° 22, na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. Instituída com objetivo específico de prestar assistência social à Comunidade, indica para a sua atuação filantrópica a assistência médico-hospitalar e educacional, cabendo-lhe, essencialmente prestar assistência integral à saúde de quantos procurarem seus serviços, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza.
A entidade rege-se pelo seu Estatuto Social através dos competentes órgãos administrativos. Dentre as atividades abrangentes está o atendimento ao Sistema Único de Saúde nas áreas hospitalares e ambulatoriais.
Em 2021, nossa Instituição completou 150 de histórias e conquistas. Talvez tenha sido um dos anos mais desafiadores das últimas décadas da Instituição, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus.
A Santa Casa de Montes Claros tem assumido papel de destaque no combate a pandemia. Chegamos a disponibilizar 20 leitos de CTI e 29 leitos de enfermaria, completamente equipados, para atendimento exclusivo aos pacientes de COVID.
Devido a esta disponibilização de leitos, foram centenas de pacientes atendidos e vidas salvas, ratificando nosso papel filantrópico enquanto principal hospital do Norte de Minas e um dos maiores do país.
Todavia, foi um ano de grandes dificuldades para a gestão do hospital. Fomos imensamente impactados pelo elevado aumento dos custos dos insumos hospitalares como luvas, álcool, máscaras, aventais, enxovais, dentre outros, devido ao aumento da demanda por estes itens.
Também fomos impactados pelo cancelamento das cirurgias eletivas, fechamento temporário das clínicas ambulatoriais, receio dos pacientes em adentrar nas instalações hospitalares, cancelamento de procedimentos, etc.
O impacto sofrido em toda economia mundial, teve reflexos expressivos na área da saúde, pois com o aumento do desemprego, houve quedas nos usuários de planos de saúde e no número de atendimentos de pacientes particulares que complementam nossa principal fonte de receita que é o Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referente janeiro a dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou o ITG 2002 (R1). Somente as informações relevantes, em sua totalidade, estão sendo divulgadas.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.
a) Receita: São reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. As prestações de serviços prestados efetivos são registradas com base no atendimento ao paciente.
b) Custo: São apropriados a despesas, pelo regime de competência. O maior fato gerador da despesa é o atendimento aos pacientes

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares, quando se fizer necessário. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.
Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados; (ii) análise do risco de crédito para a determinação da perda esperada decorrente da provisão para devedores duvidosos; e (iii) análise da probabilidade de perda das demandas judiciais para a determinação das provisões para litígios.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

2.2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa e equivalentes de caixas que são os saldos positivos em bancos conta movimento, e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2.4 Contas a Receber

Os valores a receber de curto e longo prazo estão registrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída sobre valores a receber de clientes com títulos vencidos há mais de 90 dias. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de seus clientes (vide Nota Explicativa nº 5).

2.2.5 Estoques

Os estoques são compostos, principalmente, por materiais hospitalares e medicamentos e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao seu valor líquido realizável.
As provisões para ajuste ao valor líquido realizável e para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.2.6 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável.
A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na (Nota Explicativa nº 14).
Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.
Através de avaliação baseado no "deemed cost" custo atribuído apurado sobre os saldos do Ativo Imobilizado, realizado por empresa especializada, foi atribuído nova vida útil dos bens que ainda produzir riqueza para a entidade e atribuição de valor justo para os bens.

2.2.8 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.9 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10 Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço (vide Nota Explicativa nº 20).

2.2.11 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
b) Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
c) Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.12 Reconhecimento da Receita Advinda de Doações Privadas e Assistências Governamentais

De acordo com interpretação técnica ITG 2002(R1), aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, a partir de 1º/01/2012 a receita advinda de doações privadas e de assistências governamentais devem ser reconhecidas no resultado do período, na medida de sua realização, ou em contas específicas do passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

2.2.13 Tributação

A Entidade goza de imunidade tributária, conforme previsto no inciso VI, letra c, do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988. A renúncia fiscal abrange impostos sobre seu patrimônio, serviços e rendas, nas esferas Federal, Estadual e Municipal (Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Programa de Integração Social, Imposto de Importação, Imposto Territorial Rural, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos, Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre Serviços).
A Entidade cumpre o previsto na Lei Complementar nº 187 de 16 dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. É considerada beneficente e faz jus à certificação, nos termos da Lei Complementar:
Art. 1º Esta Lei Complementar regula, com fundamento no inciso II do caput do art. 146 e no § 7º do art. 195 da Constituição Federal, as condições para limitação ao poder de tributar da União em relação às entidades beneficentes, no tocante às contribuições para a seguridade social.
Art. 2º Entidade beneficente, para os fins de cumprimento desta Lei Complementar, é a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviço nas áreas de assistência social, de saúde e de educação, assim certificada na forma desta Lei Complementar.
Art. 3º Farão jus à imunidade de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal as entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, e que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
I - Não percebam seus dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, das funções ou das atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
II - Apliquem suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - apresentem certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
IV - Mantenham escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
V - Não distribuam a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
VI - Conservem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
VII - apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e
VIII - prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.
§ 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput deste artigo não impede: I - a remuneração aos dirigentes não estatutários; e
II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal, obedecidas as seguintes condições:
a) nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até o terceiro grau, inclusive afim, de instituidores, de associados, de dirigentes, de conselheiros, de benfeitores ou equivalentes da entidade de que trata o caput deste artigo; e
b) o total pago a título de remuneração para dirigentes pelo exercício das atribuições estatutárias deverá ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido para a remuneração dos servidores do Poder Executivo federal.
§ 2º O valor das remunerações de que trata o § 1º deste artigo deverá respeitar como limite máximo os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação e deverá ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações.
§ 3º Os dirigentes, estatutários ou não, não respondem, direta ou subsidiariamente, pelas obrigações fiscais da entidade, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
Art. 4º A imunidade de que trata esta Lei Complementar abrange as contribuições sociais
previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal, relativas à entidade beneficente, a todas as suas atividades e aos empregados e demais segurados da previdência social, mas não se estende a outra pessoa jurídica, ainda que constituída e mantida pela entidade à qual a certificação foi concedida.
Art. 5º As entidades beneficentes deverão obedecer ao princípio da universalidade do atendimento, vedado dirigir suas atividades exclusivamente a seus associados ou categoria profissional.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios	
Caixa e Equivalente de Caixa	**2021**	**2020**
Caixa	33.599,28	49.125,99
Depósito Bancários a Vista	1.767.529,02	5.722.873,43
Subtotal	**1.801.128,30**	**5.771.999,42**

NOTA 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Exercícios	
Aplicações Financeiras - Circulante	**2021**	**2020**
Aplicações Financeiras Liq. Imediata - Rec. Livres (a)	17.049.680,47	11.708.423,25
Subtotal	**17.049.680,47**	**11.708.423,25**
Aplicações Financeiras - Não Circulante		
Aplicações Financeiras de Longo Prazo (b)	137.820,18	84.147,43
Subtotal	**137.820,18**	**84.147,43**
	17.187.500,65	**11.792.570,68**

a) São aplicações de recursos próprios livres sem restrições que poderá ser utilizado a qualquer momento transformando em disponibilidade imediata
b) Títulos de capitalização a serem mantidos até o seu vencimento e Subscrição de Capital em cooperativa de crédito.

NOTA 5. CRÉDITOS A RECEBER

	Exercícios	
	2021	**2020**
Créditos a Receber - Circulante		
Pacientes SUS (i)	12.915.679,46	7.600.104,64
Pacientes Convênios (i)	26.873.705,62	27.538.744,99
Pacientes Particular (i)	1.678.061,32	878.448,58
Sobtotal	**41.467.446,40**	**36.017.298,21**
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (ii)	(16.443.933,35)	(1.467.674,78)
Total Líquido	**25.023.513,05**	**34.549.623,43**

(i) A nossa entidade atende três categorias de pacientes e são registrados os valores a receber e ficando somente os saldos nestes grupos de contas que tem a real liquidez;
(ii) São as provisões estimadas dos direitos a receber com os vencimentos superiores a 90 dias de vencimentos. Sendo apresentada com redutoras do Créditos a Receber;

NOTA 6. ESTOQUES

	Exercícios	
	2021	**2020**
Estoques		
Materiais e Medicamentos	3.361.653,44	6.377.287,94
Almoxarifado Geral	3.973.937,74	1.731.030,06
Materiais de Funerária	59.203,60	35.709,91
Total Líquido	**7.394.794,78**	**8.144.027,91**

Podem ser assim demonstrados os estoques da entidade que é formado especificamente por Materiais e Medicamentos Hospitalares utilizados como insumos no tratamento dos pacientes, Almoxarifado Geral composto (Produtos de Nutrição e Dietética, Limpeza e Higienização, Diluição, Peças de Reposição para Equipamentos Hospitalares, Reposição de Enxovais Cama e Banho, Segurança e Proteção Individual, Reparação Predial) e Materiais de Funerária. Itens necessários para o pleno funcionamento deste Hospital.

NOTA 7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Exercícios	
	2021	**2020**
Créditos a Receber - Circulante		
Notas Promissorias (i)	255.571,54	189.730,58
Cheques e Ordens a Receber (ii)	308.843,25	225.078,50
Outros Títulos a Receber (iii)	42.000,00	82.000,00
Direitos Resultantes de Vendas (iii)	35.500,00	14.250,00
Outros Créditos ou Bens a Receber (iii)	71.958,53	324.414,01
Subtotal	**713.873,32**	**835.473,09**
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(381.569,55)	(209.726,12)
Total Líquido	**332.303,77**	**625.746,97**

(i) Valores a receber referente serviços funerária;
(ii) Cheques Devolvidos e Reapresentados;
(iii) Engloba o montante de títulos a receber, outros créditos ou bens a receber;

NOTA 8. REPASSE RECURSOS SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

	Exercícios	
Repasse de Recursos Subvençoes Governamentais	**2021**	**2020**
Repasse de Recursos Subvençoes Governamentais	14.002.461,88	16.148.042,25
Total Circulante	**14.002.461,88**	**16.148.042,25**

São recursos oriundos de Subvenções Governamentais destinados ao custeio e a investimentos e são contabilizados em atendimento a Procedimento Técnico CFC 07 as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 (IASB).

NOTA 09. ADIANTAMENTOS A RECEBER

	Exercícios	
	2021	**2020**
Adiantamentos a Funcionários	927.410,39	728.265,60
Adiantamentos a Fornecedores	2.818.426,51	2.722.950,27
Adiantamento de Viagem	2.500,00	0,00
Total Líquido	**3.748.336,90**	**3.451.215,87**

Adiantamos diversos realizados aos funcionários e os fornecedores de produtos e serviços por exigências de contrato e garantias para envios de produtos.

NOTA 10. DESPESAS ANTECIPADAS

	Exercícios	
	2021	**2020**
Despesas Antecipadas		
Despesas Administrativas (a)	183.406,66	183.406,66
Prêmio de Seguros (b)	266.619,57	187.677,56
Subtotal	**450.026,23**	**371.084,22**
(-) Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(183.406,66)	(183.406,66)
Total Líquido	**266.619,57**	**375.355,12**

a) São destinados a permutas quando na existência do Plano de Saúde, realizada com duas emissoras de televisão local (Plano Saúde Funcionários X Veiculação Institucional da Santa Casa) e empresa do ramo de moveis para escritório (Plano Saúde Funcionários X Móveis para escritório),
b) A entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e erro médico por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

NOTA 11. VALORES A RECEBER A LONGO PRAZO

	Exercícios	
	2021	**2020**
Créditos a Receber - Não Circulante		
Títulos e Créditos a Receber (i)	142.528,01	109.876,81
Outros Créditos a Receber de Longo Prazo (ii)	531.096,55	92.645,84
Total Líquido	**673.624,56**	**202.522,65**

(i) Engloba o montante de títulos a receber, outros créditos ou bens a receber e permutas;
(ii) Consórcios e título de capitalização destinados a aquisição de veículos para substituição das frotas de ambulâncias e veículos de funerária.

NOTA 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Exercícios	
Depositos Judiciais e Fiscais	**2021**	**2020**
Depositos Judiciais Trabalhistas (i)	44.614,99	51.034,84
Depositos Judiciais Ressarcimento SUS (ii)	335.881,22	539.933,39
Total Líquido	**380.496,21**	**590.968,23**

(i) Depósitos recursais judiciais para discussões de processos de natureza trabalhistas feitos sempre que a Entidade entender que a defesa é viável. Os registros estão pelos valores originais. Os valores estimados para as prováveis perdas estão provisionados no Passivo Não Circulante;
(ii) Depósitos recursais judiciais para discussões de processos relativos ao Ressarcimento ao SUS sempre que a Entidade entender que a defesa é viável. Os registros estão pelos valores originais. Os valores estimados para as prováveis perdas estão provisionados no Passivo Não Circulante.

NOTA 13. INVESTIMENTOS

	Exercícios	
	2021	**2020**
Investimentos		
Outros Investimentos Cessão de Direito (i)	418.000,00	682.000,00
Total	**418.000,00**	**682.000,00**

(i) Aquisição de direito de uso e ocupação de dois imóveis com finalidade de exercer atividade de clínicas médicas e objetivo de geração de recursos financeiros para a entidade, conforme contrato firmado com as empresas M. M. Participações Ltda e OMM Participações Ltda. As duas unidades entraram em plena atividade no exercício de 2020.

NOTA 14. IMOBILIZADO

				Exercícios	
	Taxa Anual Deprec/Amort	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**2021**	**2020**
Terrenos		172.342.870,00		172.342.870,00	172.342.870,00
Edificações.	2,6% a 12,5%	46.298.673,05	-1.629.868,68	44.668.804,37	41.179.981,00
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalar		**218.641.543,05**	**-1.629.868,68**	**217.011.674,37**	**213.522.851,00**

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS | CNPJ-MF 22.669.931/0001-10
Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877
Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 CEP 39400-103 – Montes Claros – MG

Terrenos		12.170.462,00		12.170.462,00	12.170.462,00
Imóveis de Uso Próprio Não Hospitalar		**12.170.462,00**	**0,00**	**12.170.462,00**	**12.170.462,00**
Máquinas e Equipamentos	10% a 33,33%	33.675.358,21	-7.378.067,49	26.297.290,72	30.818.456,24
Computadores e Periféricos	25% a 100%	2.209.469,34	-1.284.367,96	925.101,38	1.915.770,64
Móveis e Utensílios	10% a 50%	4.389.251,56	-1.324.839,88	3.064.411,68	4.346.121,05
Veículos	33,33% a 100%	639.428,00	-250.813,26	388.614,74	482.258,87
Instalações	12,5% a 33,33%	36.748,79	-6.516,16	30.232,63	36.748,79
Bens Móveis – Hospitalares		**40.950.255,90**	**-10.244.604,75**	**30.705.651,15**	**37.599.355,59**
Máquinas e Equipamentos	25% a 50%	2.073.660,49	-573.336,25	1.500.324,24	1.779.215,01
Bens Móveis - Não Hospitalares		**2.073.660,49**	**-573.336,25**	**1.500.324,24**	**1.779.215,01**
Imóveis em Construção		1.343.636,16		1.343.636,16	6.346.595,66
Outras Imobilizações - Máquinas e Equipamentos		18.500,00		18.500,00	18.500,00
Outras Imobilizações - Transitória de Imobilizado		1.506.344,49		1.506.344,49	1.588.087,13
Outras Imobilizações – Hospitalares		**2.868.480,65**	**0,00**	**2.868.480,65**	**7.953.182,79**
Total dos Imobilizados		**276.704.402,09**	**-12.447.809,68**	**264.256.592,41**	**273.025.066,39**

Com o cancelamento do registro da operado de plano de saúde a Administração contratou no mês de Julho de 2020 a empresa especializada Make Consultorias de Avaliações Empresárias Ltda, CNPJ 00.601.771/0001-34 sediada em Belo Horizonte/MG e efetuou estudos para determinar os novos valores justo, determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, consequentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto ICPC-10 que faz esclarecimentos dos (CPC 27 – Ativo Imobilizado descrito nos itens 15 a 23 especificamente o item 21 com adoção do " Deemed Cost" Custo Atribuído e CPC 28 – Propriedade para Investimento), a previsão de atribuição de custo na adoção inicial "Deemed Cost" que visa eliminar eventuais discrepâncias nos valores contábeis dos bens do ativo imobilizado subavaliados ou mesmo com valor residual igual à zero, mas que continua em operação, gerando benefícios econômicos para a empresa. Estar também alinhado com o contido nas normas internacionais emitidas pelo IASB (IFRS 1, em especial nos itens D5 a D8B). A contabilização está em acordo com o item 22 da CPC 27 e tendo como contrapartida a conta do Patrimônio Líquido denominado Ajuste de Avaliação Patrimonial, nos termos do § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976.

NOTA 15. INTANGIVEL

	Taxa Anual De	Custo	Amortização Acumulada	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Intangivel					
Softwares	25% a 100%	202.435,81	-28.671,01	173.764,80	24.284,56
Total do Intangivel		**202.435,81**	**-28.671,01**	**173.764,80**	**24.284,56**

NOTA 16. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Fornecedores (i)	35.465.833,78	34.389.782,91
Rede Contratada/Credenciada OPS	-	143.111,82
Total Líquido	**35.465.833,78**	**34.532.894,73**

(i) São registrado nesta conta todos os Fornecedores de Materiais, Medicamentos, Órteses e Próteses e Prestadores de Serviços Terceirizados;

NOTA 17. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Salários a Pagas (i)	2.377.123,17	2.283.820,31
Provisão de Férias (ii)	5.001.350,22	5.247.472,56
Outras Obrigações com Pessoal (iii)	482.978,75	514.329,28
Total Líquido	**7.861.452,14**	**8.045.622,15**

(i) São os saldos de salários referente a competência de Dez/2021 que deverão ser pagos até o 5ª dia útil do mês subsequente ;
(ii) Registro valores provenientes de 1/12 mais 1/3 sobre salários de cada colaborador, saldo provisionado do período de aquisição até a sua concessão;
(iii) Saldo das Rescisões, Estagiários, Menores Aprendizes e Provisão de FGTS sobre Férias e 13º Salário .

NOTA 18. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER E PARCELAMENTOS

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Circulante		
Contribuição Previdenciária	318.032,76	2.098.168,11
FGTS a Recolher	480.631,37	423.021,48
Retenções/Impostos e Contribuições (i)	997.555,01	17.599.223,43
Parcelamentos Impostos e Contribuições (ii)	6.319.671,92	5.525.176,86
Total Circulante	**8.115.891,06**	**25.645.589,88**
Não Circulante		
Parcelamentos Impostos e Contribuições (ii)	30.342.881,94	15.659.285,29
Total Não Circulante	**30.342.881,94**	**15.659.285,29**
Total Geral	**38.458.773,00**	**41.304.875,17**

(i) Valores referente a retenções de impostos e contribuições de funcionários, prestadores de serviços pessoa física e pessoa jurídica;
(ii) Parcelamentos distribuídos entre Curto e Longo prazo junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, composto de Contribuições Previdenciárias, Impostos e Contribuições em atraso.

NOTA 19. RESSARCIMENTO AO SUS

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Circulante		
Ressarcimento ao SUS (i)	1.751.284,46	2.121.470,46
Total Circulante	**1.751.284,46**	**2.121.470,46**
Não Circulante		
Ressarcimento ao SUS (i)	4.252.699,05	3.389.654,40
Total Não Circulante	**4.252.699,05**	**3.389.654,40**
Total Geral	**6.003.983,51**	**5.511.124,86**

(i) A entidade tem registrado nessa conta, eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS provenientes atendimentos de beneficiários do extinto Plano de Saúde, na sua vigência;

NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Emprestimo e Financiamentos Circulante		
Capital de giro	16.289.707,11	11.288.452,05
Total	**16.289.707,11**	**11.288.452,05**
(-) Ajuste a Valor Presente	-2.484.615,14	-733.458,58
Total Circulante	**13.805.091,97**	**10.554.993,47**
Emprestimo e Financiamentos Não Circulante		
Capital de giro	27.545.047,12	26.382.600,36
Total	**27.545.047,12**	**26.382.600,36**
(-) Ajuste a Valor Presente	-4.314.668,72	-740.734,62
Total Não Circulante	**23.230.378,40**	**25.641.865,74**
Total Geral	**37.035.470,37**	**36.196.859,21**

Empréstimos contraídos junto as instituições financeiras para compor o nosso capital de giro.

NOTA 21. OUTRAS EXIGIBILIDADES

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Outras Exigibilidades - Circulante		
Multas Administrativas	169.488,48	61.064,16
Convenios para Funcionários	111.057,89	117.557,08
Cheques a Compensar	12.777,80	157,90
Contas a Pagar (i)	2.413.053,02	9.333.629,21
Convênios Recebidos a Baixar (ii)	3.287.169,74	1.936.315,79
Emprestimo Recebido de Terceiros	165.398,78	512.206,23
Subvenções e Doações a Realizar (iii)	4.410.775,30	6.694.429,57
Total Circulante	**10.400.232,53**	**18.594.295,78**
Outras Exigibilidades - Não Circulante		
Debitos Diversos	2.818.904,62	1.489.032,51
Multas Administrativas	454.263,05	142.482,24
Receitas Diferidas (iv)	15.805.111,20	17.819.301,42
Subvenções e Doações a Realizar	0,00	2.095.379,29
Total Não Circulante	**19.078.278,87**	**21.546.195,46**
Total Geral	**29.478.511,40**	**40.140.491,24**

Em destaque para compor as notas explicativas, selecionamos quanto grupo de contas com valores mais relevantes
(i) Registro de seguros (funcionários e equipamentos) parcelados, parcelamento conta Cemig, Parcelamento do Investimento contabilizado no Ativo;
(ii) Registro de recebimentos relativos a Contas a Receber de Convênios que não conseguiram identificar as remessas correspondentes dentro da competência Dezembro de 2021;
(iii) A entidade recebe doações, contribuições e subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal para custeio das atividades e investimentos que seguem regras preestabelecidas previstas na Resolução CFC nº 1.409/2012 – ITG 2002 e enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento mantêm os saldos registrados no Passivo Circulante;
(iv) A entidade recebe Subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal, para custeio das atividades e investimentos que seguem regras preestabelecidas, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado mantêm os saldos registrados no ativo e passivo, atendendo a NBC TG 07 – SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS que tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20 do IASB) com relação as Subvenções destinadas a Investimentos as regras estão previstas nos itens 15-A, 17 e 26 .
São registrados os valores dos bens adquiridos por licitação com recursos de Subvenções Governamentais e apropriada mensalmente o valor correspondente a depreciação dos bens para anular o efeito no resultado, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 – ITG 2002.

NOTA 22. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Não Circulante		
Provisões Judiciais (i)		
Contingências Cíveis	196.000,00	159.000,00
Contingências Trabalhistas	1.469.962,02	1.570.081,33
Total Não Circulante	**1.665.962,02**	**1.729.081,33**

a) Contingências com Risco de Perda Provável
A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.
b) Contingências com Risco de Perda Possível
A entidade não possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga.

NOTA 23. PATRIMÔNIO LIQUIDO

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Patrimonio Liquido		
Patrimonio Social (a)	(29.480.529,98)	704.899,09
Ajustes de Exercícios Anteriores (b)	(40.295,91)	(202.536,25)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (c)	208.050.119,11	217.374.445,74
Superavit/Deficit do Exercício (d)	1.176.493,73	(29.982.892,82)
Total Patrimonio Liquido	**179.705.786,95**	**187.893.915,76**

a) Constituído pela doação inicial de seus outorgantes, por doações recebidas de terceiros e composto por incorporação de reservas, superávit ou déficit de cada exercício financeiro após aprovação na prestação de na Assembleia Geral Ordinária.
b) Em abril de 2021 foi reconhecido a débito no Patrimônio Social como ajuste exercício anterior, o valor de R$ 55.064,34 proveniente de estorno de multas provisionadas a maior referente impostos retidos no período de janeiro a dezembro de 2017, o estorno lançado a crédito no valor de R$ 14.375,28 referente provisão de honorários médicos no ano de 2011, em outubro baixa de frete no valor de R$ 163,69 contabilizado lote 113132 lançamento 23441205 de 09/05/2018.
c) A entidade contratou empresa credenciada para realização trabalho de atribuição de custo na adoção inicial "Deemed Cost" que visa eliminar eventuais discrepâncias nos valores contábeis dos bens do ativo imobilizado subavaliados ou mesmo com valor residual igual à zero, mas que continua em operação, gerando benefícios econômicos para a empresa, conforme previsão constante nas CPC nº 27 é ICPC nº 10 e já devidamente explicado (Vide Nota Explicativa nº 11).
d) Registra o resultado do exercício financeira da entidade que pode ser Superavit ou Déficit. Findo o exercício de 2021 foi gerado um resultado financeiro de (R$ 8.147.832,90) de Déficit. Considerando o impacto que adoção da Interpretação Técnica ICPC 10 previsto no item 23 que orienta; **"Os efeitos desse procedimento deverão ser contabilizados, tendo por contrapartidas a conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial", nos termos do §3º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, e a conta representativa de Tributos Diferidos Passivos, a depender da opção quanto ao regime de tributação da entidade. Subsequentemente, e na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor, nos termos do disposto no item anterior e na parte inicial deste item, forem depreciados, amortizados ou baixados, em contrapartida do resultado, os respectivos valores deverão, simultaneamente, ser transferidos da conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados".** O total da depreciação no exercício de 2021 foi no total de R$ 9.324.326,63 na conta de Lucros/Superávits Apurados. Com esta contabilização o resultado final do exercício ficou com saldo Superavitário de R$ 1.176.493,73 reparando o efeito da depreciação/amortização no referido exercício.

NOTA 24. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

RECEITAS OPERAÇÕES ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Pacientes do SUS A.I.H./S.I.A.	80.554.171,46	67.810.095,34
Pacientes Convênios	97.913.268,86	76.886.245,15
Pacientes Particulares	20.459.938,39	15.340.764,06
Subvenções Governamentais (i)	59.516.538,57	57.573.289,76
Receitas com Isenções das Contribuições Sociais Usufruídas (ii)	27.858.432,38	23.738.658,34
Outras Receitas Operacionais (iii)	7.023.603,20	6.411.225,98
Receitas com Serviços Funerários	2.026.000,21	1.720.181,66
Sob Total	**295.351.953,07**	**249.480.460,29**
(-) Dedução de Receitas Com Prestação de Serverviço (iv)	(3.217.275,78)	(37.153.553,50)
Total Líquido	**292.134.677,29**	**212.326.906,79**

Os valores demonstrados nesta nota são as receitas diretos com a atividade fim desta entidade

(i) A entidade recebeu contribuições, doações e subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal para custeio das atividades no ano 2021 e a contabilização da apropriação da receita diferida referente a subvenções destinada a investimento;
(ii) Esta previsto na Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 e a NBC T 10.19 o reconhecimento pela Contabilidade e apresentado nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas como Receitas e Despesas com Isenções usufruídas e demonstramos na Nota Explicativa nº 25 os cálculos que determinou os valores usufruídos;
(iii) São receitas originaria de doações em moeda corrente pela população de Montes Claros, doações de medicamento e materiais hospitalares, gênero alimentício, material de expediente e uso e consumo em geral, recuperação de despesas. Mais receitas com treinamentos de acadêmicos das faculdades parceiras;
(iv) São valores contabilizados no decorrer do exercício de 2021 referente contas devolvidas e reapresentadas do SUS, descontos e abatimentos em contas de pacientes particulares e perdas com glosas definitivas de convêniosas.

NOTA 25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

CUSTOS OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Com Pessoal	(66.191.173,25)	(60.763.974,94)
Com Materiais e Medicamentos	(83.367.053,88)	(66.762.498,58)
Hospitalares Gerais	(63.520.741,53)	(56.388.466,58)
Despesas Administrativas	(11.879.433,35)	(10.780.928,33)
Com Nefrologia	(4.702.206,49)	(4.142.973,28)
Com Santa Casa Olhos	(4.268.403,31)	(3.741.409,60)
Despesas Com Funerária	(1.466.599,36)	(1.063.154,32)
Depreciação e Amortização	(12.441.015,80)	(7.027.836,00)
(-) Variação da Provisão com Ressarcimento ao SUS (i)	(1.732.325,82)	-
(-) Variação das Provisões Para Perdas Credores Duvidosos (ii)	(15.148.102,00)	-
(-) Variação da Provisão Para Contigências Civeis e Trabalhistas	63.119,31	(569.151,33)
Despesas com Isenções das Contrubuições Sociais Gratuidade (iii)	(27.858.432,38)	(23.738.658,34)
Total dos Custos	**(292.512.367,86)**	**(234.979.051,30)**

(i) São as provisões contabilizadas mensalmente conforme extrato disponibilizado no site da ANS e que se refere aos beneficiários do nossos extinto Plano de Saúde com o registro nº 363685 no decorre da existência do plano, em que os beneficiários utilizavam atendimento do SUS, gerando uma obrigação desta entidade de ressarci o SUS quando condenado administrativamente pela ANS.
(ii) São valores contabilizados no decorrer do exercício de 2021 referente as provisões estimadas dos direitos a receber com os vencimentos superiores a 90 dias. Sendo apresentada com redutoras do Créditos a Receber
(iii) É previsto na Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 e a NBC T 10.19 o reconhecimento pela Contabilidade e apresentado nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas como Receitas e Despesas com Isenções usufruídas e demonstramos na Nota Explicativa nº 25 os cálculos que determinou os valores usufruídos;

NOTA 26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Receitas Financeiras		
Receitas por Recebimentos Em Atraso	318.843,36	10.200,35
Receitas de Aplicações Financeiras	280.891,28	69.978,11
Receitas Financeiras Diversas	5.619.344,73	1.271.746,00
Total	**6.219.079,37**	**1.351.924,46**
Despesas Financeiras		
Desp. Financeira c/Emp./Financiamentos	(3.223.204,47)	(4.230.210,80)
Despesas Financeiras Encargos s/Tributos	(2.513.749,61)	(313.474,12)
Despesas Por Pagamentos Em Atraso	(5.469.997,61)	(2.549.499,25)
Despesas Financeiras Diversas	(3.028.098,20)	(3.447.980,23)
Total	**(14.235.049,89)**	**(10.541.164,40)**
Resultado Financeiro	**(8.015.970,52)**	**(9.189.239,94)**

As descrições analíticas das contas por si já explícita as origens dos fatos contábeis nelas registrados.

NOTA 27. RESULTADO PATRIMONIAL

	Exercícios 2021	Exercícios 2020
Receita Patrimonial		
Receitas Com Imoveis de Renda (i)	184.465,66	189.089,83
Lucro na Alienação de Bens do Ativo (i)	133.834,18	50.091,59
Outros Investimentos		1.619.310,21
Total	**318.299,84**	**1.858.491,63**
Despesa Patrimonial		
Prejuizo na Alienação ou Baixa de Bens (ii)	(72.471,65)	-
Total	**(72.471,65)**	**-**
Resultado Patrimonial	**245.828,19**	**1.858.491,63**

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS | CNPJ-MF 22.669.931/0001-10
Fundada em 21/09/1871 - Instituída pela Lei Provincial n.º 2396, de 13/10/1877
Praça Honorato Alves, 22 – Fone (038) 3229-2000 CEP 39400-103 – Montes Claros – MG

(i) Receitas composta de alugueis de imóveis e boxes de garagem, venda de bens (Maquinas e Equipamentos, veículos).
(ii) Despesa constituída pelo resultado nas baixas por obsoletismo ou venda dos bens da entidade.

NOTA 28. ISENÇÕES E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

	Exercícios	
	2021	**2020**
Total das Isenções	**(27.858.432,39)**	**(23.738.658,33)**
Isenção Contribuição Inss Patronal	(20.002.585,48)	(18.210.838,30)
Isenção Cofins	(7.855.846,91)	(5.527.820,03)
Aplicações em Gratuidade	78.656.590,40	67.422.032,26
Excedente R$	**50.798.158,01**	**43.683.373,93**

A entidade é isenta do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro, conforme artigos nos 168 a 173, do Decreto nº 3.000/99.
Atendemos o que determina a Resolução CFC 1409/2012 - ITG 2002 com relação à forma de cálculo e contabilização das contribuições usufruídas e demonstramos os valores nesta nota explicativa.
A entidade obteve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade de 30 de abril de 2021 a 29 de abril de 2024, conforme publicação no DOU de 13/11/2020 através da Portaria nº 1.045, de 06 de dezembro de 2020 do Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

NOTA 29. ATENDIMENTOS EFETUADOS - GRATUIDADES
A entidade atende aos requisitos legais previstos na Lei Complementar nº 187/2021 e alterações que determina o percentual mínimo de 60% de atendimento a pacientes SUS, para auferir à isenção em destaque na Nota Explicativa nº 28.
Do total de 426 leitos existentes em nossa entidade, 300 são destinados exclusivamente ao SUS que representa 70,42% no total de nossa capacidade instalada.
Avaliando nossos resultados assistenciais, realizamos em 2021 um total de 1.776.410 procedimentos (SUS, Convênios e Particulares), sendo que somente para o SUS foram realizado um total de 1.026.893 assim distribuídos: 16.340 internações, 113.240 consultas, 819.664 exames, 3.773 partos, 65.763 procedimentos/sessões e 8.113 cirurgias.
Da nossa produção das internações no ano de 2021 relativo à paciente dia SUS representou 64,63% do total de nossa produção.

NOTA 30. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS
Devido a pandemia do Covid-19 e o risco de contaminação, fez-se necessário a interrupção das atividades desses voluntários no Hospital.

NOTA 31. SEGUROS
A entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e erro médico por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Vide Nota Explicativa nº 10

NOTA 32. CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	**(8.147.832,90)**	**(29.982.892,82)**
Ajustes para conciliação do resultado do período:	**29.640.973,41**	**16.043.143,89**
Provisões (Reversão) para Perdas sobre Créditos	15.148.102,00	(282.014,00)
Juros Apropriados e não Pagos	3.223.128,36	10.946.923,10
Depreciações e Amortizações	12.441.015,67	7.027.836,00
Ganho / Perda Alienação Imobilizado	15.971,65	-
Receita Imóvel Destinado a Renda	(184.000,00)	-
Provisão Contingência	(63.119,31)	(1.447.064,96)
Outros Ajustes Atividade de Financiamento	(1.163.829,05)	-
Outros Ajustes Investimento	264.000,00	-
Ajustes Exercícios Anteriores	(40.295,91)	(202.536,25)
Resultado do Período Ajustado	**21.493.140,51**	**(13.939.748,93)**
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(7.959.919,50)	23.073.945,71
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(11.688.435,04)	9.514.299,96
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**1.844.785,97**	**18.648.496,74**

NOTA 33. EVENTOS RELEVANTES
Destacamos um fato relevante ocorrido no dia 27 de dezembro de 2021 um Termo de compromisso e transação administrativa firmado com a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros. O objeto do presente Termo de Compromisso e Acordo é a concessão de outorga onerosa do direito de construir, mediante a efetivação de medidas compensatórias, bem como estipulação de contrapartida a ser executada pela COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIA, em razão de empreendimento hospitalar a ser executado no Município e a imediata liberação da análise do CROQUI e projeto arquitetônico, com a respectiva expedição de alvará de construção. Em vista disso, o Município de Montes Claros, através da Lei Municipal n.º 5.399, de 15 de dezembro de 2021, possibilitou a adoção da compensação dos valores advindos da implantação do empreendimento com os valores constantes dos processos judiciais autuados sob o registro de n.º 5012902-29.2017.8.13.0433 e 5000397-40.2016.8.13.0433, valores registrados na contabilidade da Santa Casa pelo seu valor histórico sem a devida correção de R$ 6.948.977,96 no contas a receber e R$ 301.660,13 no montante total de R$ 7.250.638,09 (Sete milhões, duzentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e oito reais e nove centavos) em favor da COMPROMISSÁRIA, sem prejuízo do pagamento de diferença entre o crédito por parte da COMPROMITENTE . No ponto, cabe destacar que a presente Transação Administrativa, justifica-se não só pela vantajosidade econômica para o Município de Montes Claros, considerando que põe fim a ações judiciais, não transitadas em julgado, mas com decisões que já reconheceram a obrigação desta municipalidade, com vultosa repercussão financeira no erário, como também possui repercussão social, dada a relevância da política pública de assistência à saúde, com a viabilização do empreendimento hospitalar.

NOTA 34. RECLASSIFICAÇÃO
Devido adequação do nosso plano de contas e não tendo mais a responsabilidade de seguir os Regulamentos Normativos da ANS, foi necessário a reclassificação do Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis findo em 31 de dezembro de 2021 para efeito de comparação com o exercício de 2020.

NOTA 35. EFEITOS DO COVID-19
A Santa Casa de Montes Claros tem assumido papel de destaque no combate a pandemia. Chegamos a disponibilizar 20 leitos de CTI e 29 leitos de enfermaria, completamente equipados, para atendimento exclusivo aos pacientes de COVID.
Devido a esta disponibilização de leitos, foram centenas de pacientes atendidos e vidas salvas, ratificando nosso papel filantrópico enquanto principal hospital do Norte de Minas e um dos maiores do país.
Todavia, foi um ano de grandes dificuldades para a gestão do hospital. Fomos imensamente impactados pelo elevado aumento dos custos dos insumos hospitalares como luvas, álcool, máscaras, aventais, enxovais, dentre outros, devido ao aumento da demanda por estes itens.
Também fomos impactados pelo cancelamento das cirurgias eletivas, fechamento temporário das clínicas ambulatoriais, receio dos pacientes em adentrar nas instalações hospitalares, cancelamento de procedimentos, etc.
O impacto sofrido em toda economia mundial teve reflexos expressivos na área da saúde, pois com o aumento do desemprego houve quedas nos usuários de planos de saúde e no número de atendimentos de pacientes particulares que complementam nossa principal fonte de receita que é o Sistema Único de Saúde - SUS.

Montes Claros, 31 de Dezembro de 2021

JOSE GILSON VELOSO CALDEIRA:47931469887 — Assinado de forma digital por JOSE GILSON VELOSO CALDEIRA:47931469887 Dados: 2022.04.28 08:35:09 -03'00'

José Gilson Veloso Caldeira
Provedor

GERALDO ANTONIO DA COSTA PEREIRA:47844361620 — Assinado de forma digital por GERALDO ANTONIO DA COSTA PEREIRA:47844361620 Dados: 2022.04.28 08:36:30 -03'00'

Geraldo Antônio da Costa Pereira
Contador CRC/MG 047210/O-5

GRUNITZKY® Auditoria | Consultoria | Capacitação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS
Montes Claros - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MONTES CLAROS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2022.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/MG
CVM 7862

MOACIR JOSE GRUNITZKY:41501764934 — Assinado de forma digital por MOACIR JOSE GRUNITZKY:41501764934 Dados: 2022.03.30 21:56:17 -03'00'

MOACIR JOSÉ GRUNITZKY
CRC PR-025.759/O-1 S/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros – Santa Casa – reunido em 12 de abril de 2022, conforme determina o Artigo 27, Alínea I, do Estatuto Social, procedeu verificação e análise do Balanço Geral encerrado em 31.12.2021, compreendendo o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultado do Exercício, as Demonstrações de Fluxo de Caixa, As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis com base também no parecer da Auditoria externa da Grunitzky – Auditores e Consultores S/S datada 18.03.2022, que se baseou para emitir o parecer limpo e sem ressalvas. Assim, conclui o Conselho Fiscal que as Demonstrações Contábeis e Financeiras que compreendem o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 estão de acordo com os padrões Contábeis normalmente aceitos e refletem a situação patrimonial e financeira da Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros – Santa Casa. Assim, o Conselho Fiscal manifesta-se favorável à sua aprovação pela assembleia desta Irmandade que se realizará conforme normas estatutárias até 30 de abril de 2022

Montes Claros, 12 de abril de 2022

Luciano Dias Cardoso
Conselheiro Fiscal Efetivo
Presidente

Lynton José Paixão Guedes
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário

José Hermes Malveira Costa
Conselheiro Fiscal Efetivo
Membro